

Discurso de abertura da Sra. Marta Machado na 69ª Sessão da CND *Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos*

Senhor Presidente, distintos delegados;

Há dez anos, a Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS) sobre o Problema Mundial das Drogas afirmou que as políticas de drogas devem estar fundamentadas nos direitos humanos, na saúde pública e no desenvolvimento. Hoje, esta Comissão tem a oportunidade de reafirmar esse compromisso, servindo como um espaço para diálogo, cooperação e construção de pontes.

Num contexto de desigualdades crescentes, violência armada persistente e tensões geopolíticas cada vez maiores, o avanço de políticas eficazes sobre drogas exige políticas baseadas em evidências e nos direitos humanos, que enfrentem os fatores estruturais que moldam a vulnerabilidade, os mercados ilícitos e o recrutamento de jovens pelo crime organizado.

Em nosso Pledge4Action 2024 (Compromisso de Ação 2024), o Brasil se comprometeu a fortalecer as estratégias nacionais de prevenção que priorizam as comunidades sujeitas a formas históricas e persistentes de discriminação — incluindo racismo, desigualdade de gênero e xenofobia.

Hoje, o Brasil reforça esse compromisso e afirma que o enfrentamento dessas realidades estruturais deve permanecer central em nossa resposta coletiva.

Este ano, apresentamos à comissão, por meio de um Conference Room Paper, o marco do Sistema de Prevenção Ampliada, que deriva das políticas públicas que o Brasil vem implementando desde 2023 – da Amazônia às periferias urbanas em todo o país.

Nosso compromisso é claro: a prevenção deve evoluir de intervenções fragmentadas e individuais para respostas estruturais, territoriais e integradas que abordem os determinantes sociais das vulnerabilidades e reduzam os danos. Isso significa romper com a compartimentalização entre a prevenção do uso de drogas e a prevenção da criminalidade, integrando segurança pública, desenvolvimento sustentável e saúde pública em uma abordagem de direitos humanos.

Discurso de abertura da Sra. Marta Machado na 69ª Sessão da CND *Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos*

Portanto, um sistema de prevenção ampliada é fundamental para políticas de drogas comprometidas com a transformação de territórios, a promoção da igualdade e a garantia de um futuro melhor para as novas gerações.

Senhor Presidente,

O Brasil está profundamente preocupado com o fato de que, sob o pretexto de combater o narcotráfico, ações militares têm sido realizadas unilateralmente, em violação a princípios fundamentais do direito internacional, em particular a proibição do uso e da ameaça de força, e o respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados, consagrados na Carta das Nações Unidas.

Tais ações constituem um precedente extremamente perigoso para a paz e a segurança, bem como para a ordem internacional baseada em normas, e também colocam em risco a população civil.

O Brasil acredita ser possível construir uma política de drogas que seja simultaneamente eficaz e humana; firme no combate ao crime organizado e plenamente comprometida com os direitos e a saúde pública; centrada nas pessoas e atenta às desigualdades estruturais.

Solicitamos que esta Comissão tenha em mente os marcos de direitos humanos desenvolvidos em Genebra, conforme reafirmado na Resolução 60/26 do Conselho de Direitos Humanos.

Aguardamos com expectativa a oportunidade de trabalhar em conjunto com todos os parceiros para impulsionar esses esforços e contribuir, coletivamente, para sociedades mais pacíficas, inclusivas e resilientes.

Obrigada.